**ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REMOTA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 13/09/2021.**

Aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, às dez horas e dezesseis minutos, reuniu-se remotamente a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – CDESCTMAT para a sétima reunião extraordinária, da terceira sessão legislativa, da oitava legislatura, presentes os Deputados Daniel Donizet, Delmasso, Júlia Lucy e Robério Negreiros. A Presidente da Comissão, Deputada Júlia Lucy, declarou aberta a reunião e informou que seriam realizadas audiências públicas para tratar do plano diretor de cidades inteligentes, realizada pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, no dia 27 de setembro, e para tratar do Projeto de Lei Complementar nº 86/2021, que dispõe sobre o uso e ocupação de lotes no Eixo Monumental. A Deputada acrescentou que está buscando data para realizar audiência pública sobre o Setor Comercial Sul. Passou-se à pauta da reunião e as atas da 4ª, 5ª e 6ª Reunião Extraordinária Remota foram aprovadas sem observações. A Deputada Júlia Lucy informou que a reunião extraordinária tinha por objetivo arguir os indicados a compor a Presidência e Vice-Presidência da Junta Comercial do Distrito Federal. Os indicados são o Sr. Walid de Melo Pires Sariedine, para recondução ao cargo de Presidente, e o Sr. José Fernando Ferreira da Silva para a Vice-Presidência da Junta. A Mensagem nº 229/2021, do Poder Executivo, com as indicações aos cargos foi lida em plenário no dia 3 de agosto. Passou-se a palavra ao Sr. Walid Sariedine, Presidente da Junta Comercial. Ele disse que o mandato se iniciou em 3 de julho de 2019 e venceu em 2 de julho de 2021. Ao vencer o mandato, providenciou que o diretor-secretário assumisse a presidência, acumulando o cargo de Diretor-Secretário e Presidente da Junta Comercial, sem causar prejuízo à entidade. O Sr. Walid Sariedine informou que foi solicitado celeridade e muita transparência na Junta Comercial, o que se buscou no período de dois anos. Informou que buscou parceiros como o Sebrae, SESCON (Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis) e CRC (Conselho Regional de Contabilidade). Em dezembro de 2019 a Jucis/DF tornou-se 100% digital e foi criada a ferramenta de *chat*. No primeiro quadrimestre de 2020 a Junta estava no 27° lugar e, após a conclusão da digitalização, chegou-se ao primeiro lugar no Brasil, em relação ao tempo e à qualidade da abertura de empresa. O tempo médio de abertura de uma empresa, que chegava a 60 dias na gestão anterior, passou a ser de 20 minutos. O tempo de análise de processo é de 2 horas e 48 minutos, em média, e a Jucis/DF trabalha sete dias na semana. O Presidente da Junta Comercial informou que o saldo financeiro no exercício de 2020 foi de R$11.805.000,00 (onze milhões, oitocentos e cinco mil reais) e ressaltou a importância de ter boa parte desses recursos para investimento no parque tecnológico da Justiça. Em 2019, foram realizados pela autarquia 275.611 serviços, que incluem abertura, movimentação e alteração de empresas. Em 2020, durante a pandemia, a Junta Comercial obteve receita para praticar preços públicos de cerca de 232.017. Ele destacou o comprometimento dos servidores da Junta. Segundo a estrutura estabelecida na lei de criação, são 89 servidores, dos quais 93,26% são de livre-nomeação. Existem vários projetos para o futuro, como o Balcão Único, que busca a automatização e permite a abertura de empresas em segundos. O Sr. Walid Sariedine destacou o novo sistema de licenciamento, fruto da parceria entre o Governo do Distrito Federal (GDF) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a possibilidade de pagamento de preços públicos por PIX, o que facilita e barateia para o empresário. Os últimos meses serviram de teste do trabalho remoto na autarquia, opção que foi corroborada pelo Decreto nº 42.462, de 30 de agosto de 2021. Ele agradeceu aos Deputados e se desculpou por ter, no primeiro mandato, assumido e só depois comparecido à sabatina. A Deputada Júlia Lucy retomou a palavra e comentou que foi criado um grupo de trabalho com tributaristas e contadores. O grupo vai apresentar, no final do ano, um compêndio da legislação no Distrito Federal, incluindo leis, portarias e resoluções. Serão apresentadas sugestões ao Poder Executivo para enxugar e unir os atos normativos. A Deputada perguntou quantos reajustes houve na tarifa para abertura de empresas desde que o presidente da Junta assumiu. O Sr. Walid Sariedine informou que, por determinação do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI), deixou-se de cobrar pelo encerramento das empresas. Quanto à pergunta, disse que não houve alteração no preço da taxa pública e a Junta está defasada em relação a isso. A Deputada Júlia Lucy questionou sobre o valor arrecadado pela Junta Comercial e o Sr. Walid Sariedine afirmou que a arrecadação em 2019 foi de R$16.272.000,00 (dezesseis milhões, duzentos e setenta e dois mil reais); em 2020, cerca de 10% superior ao ano anterior. À pergunta da Deputada sobre a disponibilização dos valores arrecadados, o Presidente da Junta informou que os relatórios pertencem ao Ministério da Economia e se comprometeu a tornar o relatório financeiro público no sítio eletrônico da entidade, caso seja possível juridicamente. A Deputada Júlia Lucy deixou como sugestão, considerando que são recursos públicos, de disponibilizar as informações no sítio eletrônico da Junta Comercial. A parlamentar fez uma pergunta do Conselho de Contabilidade: o motivo da cobrança da redução da certidão on-line e se há previsão de retorno da gratuidade. O Presidente da Junta Comercial afirmou que a certidão é cobrada em todo o país e no Distrito Federal atualmente se cobra, pois é importante para a Jucis/DF. Ele complementou que não se pretende abrir mão da cobrança. São as empresas de maior porte que precisam da certidão e elas têm condição de pagar. A Deputada Júlia Lucy perguntou sobre o a situação do imóvel ocupado pela Junta Comercial. O Sr. Walid Sariedine disse que o imóvel localizado no Setor de Autarquias Sul era ocupado também pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). O imóvel, de propriedade do Governo Federal, está em condições precárias e precisaria de uma reforma com custo superior a R$ 14 milhões. O local é muito grande, com mais de 3 mil metros quadrados, e a Junta Comercial é 100 % digital, não sendo mais necessário ir até a sede. A Secretaria de Estado de Empreendedorismo (SEMP) está em busca de um novo imóvel e foi reservado um espaço para a Junta Comercial. A Deputada perguntou sobre o tamanho do novo imóvel, considerando que os servidores permanecem em teletrabalho, e acrescentou que, se a Junta tiver resultado positivo, considerando receita e despesa, consegue-se propor redução ou gratuidade de taxas. O Presidente da Junta Comercial afirmou que estão procurando um local com cerca de 400 metros quadrados e que se pretende utilizar o recurso em inovação, aperfeiçoamento e também, se for necessário, em redução da taxa pública. A Deputada Júlia Lucy disse que, na sabatina anterior, o presidente da Junta Comercial informou que enviaria para a Câmara Legislativa relatórios de desempenho, mas não foi encaminhado nenhum relatório. Ela propôs o compromisso de envio de relatório mensal ou bimestral. O Sr. Walid Sariedine confirmou que os resultados, infelizmente, não foram entregues à Câmara Legislativa e se comprometeu a enviar relatórios específicos, a uma Comissão específica ou direto à Presidência da CLDF. A Parlamentar informou que uma das informações necessárias se refere à demora enfrentada pelas empresas nos órgãos que compõem a Redesim. Atualmente existem nove órgãos do Distrito Federal que autorizam e dão licença para o funcionamento de uma empresa. Solicitou-se que seja informada no relatório a quantidade de empresas que, após 30 dias, do pedido de abertura, não tiveram o processo concluído em razão da falta de emissão de documento por algum dos órgãos. A Deputada disse que está com dificuldade de obter, no portal da transparência, o número de servidores que entraram e saíram no período em que a Junta Comercial veio para o Distrito Federal. E perguntou sobre o processo de escolha dos servidores da Junta Comercial, considerando que todos são de livre nomeação. O Sr. Walid Sariedine disse que informará no relatório sobre o prazo máximo para abertura de empresa e onde está o processo parado. A seleção de servidor é por meio dos currículos que são enviados. Muitos servidores aprendem muito na Junta Comercial e pedem exoneração para trabalhar em outros órgãos. Com o concurso público espera-se que o ‘turnover’ diminua. A Deputada Júlia Lucy destacou a necessidade de concurso público e questionou sobre a data prevista para realização de concurso na Junta Comercial, que já está há dois anos no Distrito Federal. O Sr. Walid Sariedine afirmou que o processo relativo ao concurso público foi aberto e está em andamento, mas, em razão da Covid, houve algumas suspensões. A Deputada Júlia Lucy informou que protocolou um projeto que isenta as novas empresas do pagamento de taxa de abertura, com o objetivo de estimular a abertura de novas empresas, especialmente no período de pandemia. Muitas pessoas trabalham na informalidade e, por isso, não tem acesso a rede de ajuda e a crédito. A Deputada pediu apoio na aprovação do projeto ao Presidente da Junta Comercial e aos Deputados Delmasso e Daniel Donizet. O Deputado Delmasso perguntou se há projeto de expansão da Junta Comercial para outras Regiões Administrativas do Distrito Federal. Em caso positivo, sugere-se parceria com as Administrações Regionais para utilizar espaços, a exemplo do que o Sebrae tem feito. O Deputado perguntou também quais são os serviços mais procurados e o tempo de atendimento desses serviços. O Sr. Walid Sariedine disse, quanto às juntas nas Regiões Administrativas, o atendimento acontece de forma digital. Existe o Simplifica PJ, em parceria com o Sebrae e também vinculado à Secretaria de Estado de Empreendedorismo (SEMP). Quanto à outra pergunta, ele respondeu que os serviços mais procurados são de abertura de empresa e alterações contratuais, além de emissão de certidões. O Presidente da Junta Comercial comentou que há uma mudança no país quanto à matriz e à filial. Todas as filiais da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, que ficavam nos estados, estão no Distrito Federal; as filiais de uma grande rede de magazine deixaram de estar no Distrito Federal e passaram a ficar na sede, no estado de origem. A Junta está avaliando isso, por meio do trabalho da Secretaria de Desenvolvimento, e se pretendem trazer novas empresas. A Deputada Júlia Lucy achou interessante a proposta do Deputado Delmasso, pois há pessoas com dificuldade de acessar serviços virtuais. Como já existe estrutura na Administrações Regionais, pode-se deixar um computador disponível e ajudar no acesso aos serviços pela internet. A Deputada passou a palavra ao Sr. José Fernando Ferreira da Silva, indicado para Vice-Presidente da Junta Comercial do DF. O Sr. José Fernando Ferreira da Silva disse que é microempresário há 33 anos e atua como Vice-Presidente Administrativo da Federação do Comércio do Distrito Federal e como Presidente do Sindióptica-DF, por dois mandatos. É graduado em Administração de Empresas e bacharel em Direito. A Deputada Júlia Lucy perguntou sobre como o indicado ao cargo pretende atuar, considerando a ampla experiência em gestão de pessoas, para recrutar e profissionalizar os servidores da Junta Comercial. O Sr. José Fernando disse que, enquanto não se define o processo de contratação, é necessária muita coerência ao contratar, tem que se preencher os requisitos ao cargo. A Deputada Júlia Lucy questionou sobre a postura ao chegar uma indicação de um político sem um currículo compatível. O indicado para Vice-Presidente afirmou que o Presidente da Junta Comercial deve avaliar a indicação e que só a indicação política não é suficiente. A Parlamentar solicitou que se encaminhe a relação de pessoas que estão sendo indicadas e as que já foram efetivadas, a forma como entraram na Junta Comercial e quem indicou. É importante ter transparência no processo. A Deputada perguntou se o indicado conhece a Lei n° 6.675, que estabelece funcionamento automático de negócios de baixo risco. O Sr. José Fernando disse que conhece e que há trezentos segmentos atendidos pela lei; para o empresário facilitou muito. A Deputada Júlia Lucy informou que está trabalhando com os outros órgãos que compõem a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM) para aumentar o número de negócios classificados como de baixo risco. Ela pediu o apoio do Presidente e do Vice-Presidente da Junta Comercial para ampliar o rol de atividades de baixo risco. A Deputada pediu que o sr. José Fernando comentasse sobre a comercialização de óculos falsificados. Ele disse que a pirataria incomoda muito e consiste em problema de saúde pública. Existe uma lei da época do Deputado Peniel Pacheco que dificulta a vinda desses estabelecimentos e há trabalho em andamento para apresentar à Câmara Legislativa um projeto de lei relativa ao setor ótico. A Deputada Júlia Lucy destacou a importância de reduzir taxas e ajudar o empreendedor. Foi protocolado projeto para isenção de taxas de abertura para empresas que buscarem se formalizar. Ela considerou que as perguntas foram respondidas e foram selados compromissos. Demonstrou-se satisfeita com o trabalho da Junta Comercial, a digitalização e a colocação entre as primeiras Juntas do país. Mas disse ficar insatisfeita com as indicações políticas na Junta Comercial. Fica o compromisso do concurso público e do encaminhamento mensal de relatórios à Comissão. Passou-se à discussão e votação dos indicados para os cargos. As indicações do Sr. Walid Sariedine e do Sr. José Fernando Ferreira da Silva para a Presidência e a Vice-Presidência, respectivamente, da Junta Comercial do Distrito Federal, foram aprovadas por 4 votos favoráveis e uma ausência. Em seguida, a Deputada Júlia Lucy pôs em votação, em bloco, das seguintes indicações: 112 indicações de autoria do Deputado Agaciel Maia; 1 indicação de autoria da Deputada Arlete Sampaio; 5 indicações de autoria do Deputado Chico Vigilante; 3 indicações de autoria do Deputado Cláudio Abrantes; 327 indicações de autoria do Deputado Daniel Donizet; 20 indicações de autoria do Deputado Delmasso; 77 indicações de autoria do Deputado Eduardo Pedrosa; 2 indicações de autoria do Deputado Fábio Felix; 12 indicações de autoria do Deputado Guarda Janio; 56 indicações de autoria do Deputado Delegado Fernando Fernandes; 3 indicações de autoria do Deputado Hermeto; 62 indicações de autoria do Deputado Iolando; 108 indicações de autoria da Deputada Jaqueline Silva; 2 indicações de autoria do Deputado João Cardoso; 2 indicações de autoria do Deputado Jorge Vianna; 2 indicações de autoria do Deputado José Gomes; 32 indicações de autoria do Deputado Leandro Grass; 79 indicações de autoria do Deputado Martins Machado; 17 indicações de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras; 155 indicações de autoria do Deputado Rafael Prudente; 28 indicações de autoria do Deputado Reginaldo Sardinha; 25 indicações de autoria do Deputado Robério Negreiros; 5 indicações de autoria do Deputado Roosevelt Vilela. As referidas indicações foram aprovadas por 4 votos favoráveis, uma ausência. Passou-se à presidência para o Deputado Daniel Donizet, que pôs em votação nove indicações de autoria da Deputada Júlia Lucy: indicações nº 6.631/2021, 6.584/2021, 6.501/2021, 6.458/2021, 6.442/2021, 6.290/2021, 6.114/2021, 6.113/2021 e 6.069/2021. As referidas indicações foram aprovadas por 4 votos favoráveis, uma ausência. A Deputada Júlia Lucy reassumiu a presidência e declarou encerrada a reunião às 12h05. Eu, Uirá Felipe Lourenço, consultor técnico-legislativo, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente da Comissão, Deputada Júlia Lucy, e encaminhada para publicação.

Deputada Júlia Lucy

**Presidente da CDESCTMAT**